

As Políticas Públicas e o Campo: e o Psicólogo com Isso?

Public Policies And The Field: What Does
The Psychologist Have To Do With That?

Las Políticas Públicas Y El Campo: ¿Que
Tiene Que Ver Con Eso El Psicólogo?

**Rosana Gomes Reis &
Lucimaira Cabreira**

Universidade
Paranaense

Artigo



Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo identificar quais práticas destinadas a moradores da zona rural são desenvolvidas pelos psicólogos que atuam nos CRAS – Centros de Referência da Assistência Social assim como compreender quais as dificuldades encontradas na execução de tais ações. Para a realização deste estudo, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo, através de entrevistas com psicólogos que atuam nesses serviços. Os dados foram analisados a partir dos pressupostos teóricos da análise de conteúdo. Ao finalizar, conclui-se que as ações desenvolvidas na área rural consistem nas mesmas desenvolvidas na cidade, porém sem levar em consideração as particularidades dessa região, o que dificulta o desenvolvimento de ações voltadas para essa população. Uma das dificuldades significativas percebidas pelos participantes é a pouca discussão e formação teórica durante a graduação no que diz respeito à Psicologia social, em especial às políticas públicas. Enfim, verifica-se que este estudo é de grande relevância, no sentido de contribuir com a construção de novas práticas e de espaços de atuação para os profissionais de Psicologia.

Palavras-chave: Psicologia social. Ambientes rurais. Políticas públicas. Política Social.

Abstract: This research aims to identify which practices to residents of rural areas are developed by psychologists who work in CRAS – Centros de Referência da Assistência Social as well as understand what difficulties are encountered in implementing such actions. For this study we chose a qualitative research through interviews with psychologists who work in these services. Data were analyzed from the theoretical assumptions of content analysis. In the end, we conclude that the actions developed in rural areas consist of the same developed in the city, but without taking into account the particularities of the region, hampering the development of actions aimed at this population. One of the major difficulties perceived by participants is little discussion and theoretical training during graduation, as regards social psychology, especially public policies. Finally, it turns out that this study is of great importance in order to contribute to the construction of new practices and performance spaces for the professional of psychology.

Keywords: Social psychology. Rural environments. Public policy. Social policy.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo identificar que prácticas destinadas a moradores de la zona rural son desarrolladas por los psicólogos que actúan en los CRAS – Centros de Referencia de Asistencia Social así como comprender las dificultades encontradas en la ejecución de tales acciones. Para la realización de este estudio, se optó por una investigación de carácter cualitativo, a través de entrevistas con psicólogos que actúan en esos servicios. Los datos fueron analizados desde los supuestos teóricos del análisis de contenido. Al finalizar, se concluye que las acciones desarrolladas en el área rural consisten en las mismas desarrolladas en la ciudad, pero sin llevar en consideración las particularidades de esa región, lo que dificulta el desarrollo de acciones orientadas a esa población. Una de las dificultades significativas notadas por los participantes es la poca discusión y formación teórica durante la graduación en lo que respecta a la Psicología social, en especial a las políticas públicas. En fin, se verifica que este estudio es de gran relevancia, en el sentido de contribuir con la construcción de nuevas prácticas y de espacios de actuación para los profesionales de Psicología.

Palabras clave: Psicología social. Medio rural. Políticas públicas. Política Social.

Atualmente, no Brasil, vêm discutindo-se novas áreas de atuação dos psicólogos, buscando campos que vão além da prática em consultórios. Os espaços institucionais e comunitários vêm ganhando grande representatividade nas ações desenvolvidas por profissionais de Psicologia, especialmente na área da Psicologia social. No entanto, observa-se que tais ações se configuram como práticas urbanas, ou seja, destinadas frequentemente aos moradores das cidades. Mas, ao se pensar sobre a zona rural e a prática do psicólogo nesse campo, encontra-se um vazio que está sendo preenchido pela Política de Assistência Social, que

vem buscando atender e compreender essa população através de seus programas e serviços.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar quais práticas destinadas a moradores da zona rural são desenvolvidas por psicólogos que atuam nos CRAS – Centros de Referência da Assistência Social assim como compreender quais as dificuldades encontradas na execução de tais ações. Para tal, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, através de entrevistas estruturadas com psicólogos atuantes em CRAS.

Este trabalho pretende contribuir para a construção de um novo olhar sobre a zona rural no acesso dessa população às políticas públicas, mas, em especial, para a formulação e a organização dos serviços destinados a esses indivíduos. Tendo em vista que os psicólogos têm papel relevante nas atuações nos serviços públicos, esta pesquisa contribuirá diretamente com as ações da Psicologia.

Este artigo organiza-se a partir de uma revisão bibliográfica dos seguintes temas: considerações sobre o urbano e o rural, considerações sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o CRAS e a zona rural: intervenções e possibilidades. A seguir, foi descrita a metodologia, dela constando: a apresentação dos participantes, instrumentos e procedimentos. Posteriormente, segue a exposição dos dados coletados, sua análise e as considerações finais desta pesquisa.

Considerações sobre a ideia de urbano e rural

Ao longo da história do Brasil, percebe-se uma mistura de características que revelam uma população heterogênea. Frequentemente marcada por um dualismo entre: ricos e pobres, campo e cidade, burguesia e operariado, essa dicotomia é revelada tantos pelos movimentos sociais como também pela sutil fragmentação intrínseca na mentalidade e no cotidiano de um povo multifacetado, conforme aponta Wissenbach (1998).

De acordo com dados do IBGE (2011), o Brasil é o maior país da América do Sul e o quinto maior do mundo. Sua população total consiste em 190.755.799 pessoas, sendo 84,4% residentes na zona urbana e 15,6%, na zona rural. Ressalta-se que o País tem a sua área rural em destaque, tanto na economia como em seu território, sendo que aproximadamente 29.757.906 pessoas residem na área rural.

Destaca-se que tanto no campo como na cidade há relações de desigualdade, uma vez que há aquelas pessoas que acumulam capitais como também aquelas que vivenciam cotidianamente as dificuldades socioeconômicas, conforme aponta Martins (2010).

Scott (2009), parafraseando Clifford Geertz e Max Weber, afirma que as pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana estão inseridas em uma relação social com características próprias, vivendo em comunidades e não isolados, ou seja, as pessoas residentes na área urbana fazem parte de comunidades que fisicamente estão mais próximas, o que facilita compreender quais suas características, suas demandas, seus problemas e seu potencial. Já na zona rural encontra-se dificuldade para se perceber as características, demandas, problemas e potenciais dos residentes, uma vez que a população se encontra distribuída em um extenso território.

Considerações sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Como efeito da garantia dos direitos sociais, a partir da Constituição Federal de 1988, cria-se a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei nº 8.742, que foi aprovada em 07 de dezembro de 1993, e que tem por objetivo a proteção às famílias. Em 2004, ocorre a *IV Conferência Nacional de Assistência Social*, que dá origem ao Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esse sistema sanciona o caráter de política pública, contestando e destituindo o histórico do *primeiro-damismo* presente até então (Cruz & Guareschi, 2009).

De acordo com Bock (2006), com a implantação do SUAS (Sistema Único de

Assistência Social), foi proposto que o Brasil erradicasse a pobreza. Somente em 2004 é criada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que regulamenta o SUAS, destinado a atender as necessidades básicas e especiais de uma população que vive em estado de vulnerabilidade social, garantindo os seus direitos sociais.

Segundo Couto Yazbek e Raichelis. (2010), o SUAS se divide em duas formas de organização dos atendimentos prestados à população: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica consiste em prevenir situações de riscos através do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e sociais, e destina-se à população que se encontra em situações de vulnerabilidade social causada pela pobreza, pela inacessibilidade aos serviços públicos e até mesmo pela fragilização de vínculos afetivos. Esse trabalho é desenvolvido pelo CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, conforme apontam Couto et al. (2010).

Os autores afirmam que a Proteção Social Especial pode ser de média e de alta complexidade, e consiste no atendimento destinado a famílias e indivíduos que se encontram em risco pessoal e social, tais como: maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas e situação de trabalho infantil, entre outros. Para a coordenação da Proteção Social Especial de média complexidade, o Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS prestará serviços de orientação visando ao convívio sociofamiliar e comunitário, assim como ao encaminhamento a outros serviços. A Proteção Social Especial de alta complexidade consistirá em serviços como: casa lar, república, casa de passagem, albergue e família acolhedora, entre outros,

com o intuito de abrigar indivíduos que não possuam os cuidados de seus familiares.

Ressalta-se que os profissionais de Psicologia compõem as equipes básicas de todos os serviços e programas organizados pelas diretrizes do SUAS. Junto ao assistente social, o psicólogo é responsável por organizar, planejar, executar e coordenar todas as ações propostas, conforme mencionam Couto et al. (2010).

A partir do exposto acima, considera-se que a Política Nacional de Assistência Social seja uma categoria de política redistributiva ou compensatória, uma vez que beneficia alguns grupos que são desprivilegiados no acesso aos direitos sociais, conforme aponta o CREPOP (2007).

Partindo do pressuposto que os moradores da zona rural podem ser considerados grupos que por vezes estão distantes dos serviços públicos, no item seguinte deste artigo será discutida a atuação do CRAS na zona rural.

O CRAS e a zona rural: intervenções e possibilidades

Uma vez conhecendo as particularidades da zona rural como também os objetivos do SUAS, pretende-se fazer um paralelo com esses dois temas apresentados e discutidos anteriormente.

As orientações técnicas (Brasil, 2009b) apresentam o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que é a unidade pública da assistência social destinada à prestação de serviços e de programas socioassistenciais da proteção básica às famílias, porta de entrada de todos os demais serviços. O CRAS geralmente se localiza na zona urbana e pode ter uma ou mais unidades, dependendo do número de famílias atendidas. Esse serviço oferece: o Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF, programas de inclusão

produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza, centros de convivência para idosos, serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos, serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos, programa de incentivo ao protagonismo juvenil e Centro de Informação e de Educação para o Trabalho, entre outros.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo o principal serviço ofertado pelo CRAS, tem suas raízes no início dos anos 2000. Por meio do Decreto nº 5.085, de 19/05/2004, o PAIF tornou-se ação continuada da assistência social, sendo sua oferta obrigatória e exclusiva nos CRAS.

Ainda de acordo com o autor, em 2004, “O PAIF passou a ser organizado de forma a responder à garantia de fortalecimento da convivência familiar e comunitária” (p.8). Esse serviço tem como desafio romper a *lógica da fragmentação*, e, para isso, deve-se trabalhar com toda a família e com as suas necessidades, preservando e fortalecendo os vínculos familiares. Como o PAIF de caráter preventivo, protetivo e proativo, nas suas atividades, devem ser estabelecidas intencionalidades de atendimento às populações com vivências de vulnerabilidades mais graves.

Ao se verificar as orientações técnicas apresentadas pelas Orientações Técnicas do PAIF (Brasil, 2012), entende-se que esse serviço contribui para o alcance de alguns impactos, sendo eles, no âmbito familiar, o fortalecimento à proteção mútua da família e a prevenção do rompimento de seus laços, a partir de ações que possibilitem o reconhecimento das especificidades e da condição de sujeito de direitos de todos os integrantes das famílias; já no âmbito territorial, pretende aumentar a capacidade de mobilização social das famílias, por meio de ações que incentivem a participação

política, o protagonismo, a autonomia e o reconhecimento e o acesso a direitos.

Quanto à atuação, as atribuições conferidas ao psicólogo, de acordo com as Orientações Técnicas do CRAS (Brasil, 2009b) e Couto et al. (2010), consistem em: acolher e ofertar informações, realizar encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS, realizar o acompanhamento das famílias inseridas no PAIF, mediar grupos de famílias, realizar atendimentos particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS, desenvolver atividades coletivas e comunitárias, acompanhar as famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, realizar a busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolver projetos que visam a prevenir o aumento de incidência de situações de risco, além de acompanhar as famílias que estão em descumprimento de condicionalidades.

Um dos serviços da Proteção Básica ofertados pelo PAIF através do CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Segundo as Orientações Técnicas do CRAS (Brasil, 2012), esse serviço é realizado em grupos, organizado a partir de movimentos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com a idade, a fim de complementar o trabalho social com famílias e de prevenir a ocorrência de situações de risco social, organizando-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. O objetivo do serviço está em complementar o trabalho social com família, em prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em promover acessos a benefícios e a serviços socioassistenciais, em promover acessos a serviços setoriais bem como em oportunizar o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. Os usuários

De acordo com Rocha (2012), por muitas vezes, a área rural, por estar geograficamente afastada das cidades, não é considerada uma possível área de atuação para profissionais da área da saúde, pois hoje os profissionais que trabalham na área rural estão voltados para a agricultura e para a veterinária, entre outros, e, muitas vezes, esquecem-se da população que vive nesses locais, que tem o acesso dificultado à saúde e à educação.

atendidos por esse serviço são crianças de até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e idosos(as) com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com Rocha (2012), por muitas vezes, a área rural, por estar geograficamente afastada das cidades, não é considerada uma possível área de atuação para profissionais da área da saúde, pois hoje os profissionais que trabalham na área rural estão voltados para a agricultura e para a veterinária, entre outros, e, muitas vezes, esquecem-se da população que vive nesses locais, que tem o acesso dificultado à saúde e à educação.

Com o intuito de atender as famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros), no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, conforme as orientações técnicas apresentadas por Brasil (2009a), surge a necessidade de uma equipe adicional que integra o CRAS, denominada equipe volante. De acordo ainda com Brasil (2009a), essa equipe tem como função o deslocamento no território para oferta de proteção social básica, e os serviços devem ser desenvolvidos com qualidade. Como o público-alvo dessa equipe consiste em famílias residentes em áreas *isoladas* ou de difícil acesso, como, por exemplo, aquelas que vivem em fazendas, sítios, chácaras, ou seja, residentes em regiões cuja realização das atividades coletivas seja dificultada, a principal forma de atuação das equipes volantes deverá ser a acolhida por meio de visita domiciliar bem como o acompanhamento familiar com ênfase nas ações particularizadas. Contudo, é importante que a equipe técnica busque identificar, com as famílias, possíveis estratégias de trabalhos em grupos que garantam a convivência comunitária, ainda que estes ocorram

em intervalos de tempo diferenciados das atividades com grupos de famílias realizadas na unidade do CRAS urbano.

O trabalho desenvolvido pelo psicólogo na equipe volante consiste nas mesmas atribuições que são feitas ao psicólogo do CRAS de referência, mas o que distingue mesmo o trabalho destes é que, enquanto o psicólogo do CRAS de referência permanece no local (zona urbana), a população vai até ele, ao passo que o psicólogo da equipe volante vai de encontro à população, porém desenvolvendo as mesmas atividades. Destaca-se, ainda, a necessidade de esse profissional problematizar as questões relacionadas aos significados atribuídos pelos moradores da zona rural, tendo em vista que as reflexões e os estudos comumente se referem à zona urbana.

Apesar de o projeto dessa equipe adicional ao CRAS ser muito recente, elaborado em 2011, a equipe volante tem muito que contribuir com o CRAS, não só por poder levar os serviços e os atendimentos à população rural como também por contribuir para que essa população que não tem acesso às políticas públicas assistenciais possa ser tão beneficiada como as pessoas que vivem nas cidades.

Metodologia

Participantes

Participaram desta pesquisa 04 psicólogos que atuam em CRAS, em cidades que compõem a região da COMCAM – Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão. Destaca-se que a região é composta por 25 cidades.

Instrumento

Para a realização desta pesquisa, foi elaborado pela pesquisadora um roteiro de entrevista estruturada. Gil explica que “a entrevista

(...) desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número” (1999, p.121).

Procedimento

Para a realização da referida pesquisa, foi realizado contato via telefone com profissionais de Psicologia que atuam no CRAS, solicitando-lhes o endereço eletrônico para contato, assim como o convite para participar da pesquisa. Destaca-se que foram realizados contatos via telefone com 25 cidades, das quais 13 disponibilizaram o contato dos psicólogos e dos referidos CRAS. Destes, 4 retornaram a entrevista. Destaca-se que foram realizados novos contatos telefônicos, confirmando a participação e a entrega da entrevista, no entanto, foram devolvidos apenas os quatro já referidos.

Análise dos dados

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, os dados coletados serão categorizados e analisados a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da análise de conteúdo, de Bardin (1977), através da técnica da categorização.

Apresentação e análise dos dados

Perfil dos participantes e das cidades pesquisadas

A partir da sistematização dos dados, constatou-se que os entrevistados têm entre 23 e 37 anos de idade, sendo três mulheres e um homem. Todos são formados em Psicologia por instituições privadas, com a média de quatro anos de formação. Todos os entrevistados possuem especializações, sendo que as áreas são: Psicologia Clínica Analítica Comportamental, Neuropsicologia,

Educação Especial, Psicologia clínica com enfoque psicanalítico, Psicologia do Trânsito e Filosofia Clínica.

Sobre a atuação no CRAS e o número de atendimentos realizados, a média de tempo de atuação nesse serviço é de um ano e sete meses. Os profissionais executam funções diversas, como: coordenação do ProJovem, coordenação geral, psicólogo do CRAS urbano e psicólogo da equipe volante.

Conforme informações dos participantes: os Municípios possuem a média de 10.490 habitantes, sendo 2.094 residentes da área rural, ou seja, 20% da população dessas cidades consistem em uma população rural.

Análise dos dados

A partir da análise dos dados, foram organizadas algumas categorias, que serão expostas abaixo.

Sobre as dificuldades e problemáticas na atuação do profissional de Psicologia na zona rural, organizaram-se, a partir dos relatos dos participantes, duas categorias: *dificuldades de locomoção e adesão e situações de vulnerabilidade da população*.

Sobre as dificuldades de locomoção e adesão, um dos participantes relata que *“a principal problemática é a extensa localização das famílias e o transporte para participar das oficinas no CRAS, limitando-se ainda mais nos dias de chuva”* (sic). É possível observar, no que dizem os participantes, que eles esperam que a população rural participe das atividades desenvolvidas nas cidades, mesmo que sua residência seja distante do espaço urbano. A partir desses depoimentos, e possível verificar o quanto os serviços públicos são destinadas aos moradores da cidade.

Essa análise permite-nos refletir sobre a atuação do profissional de Psicologia,

uma vez que é ele o alvo desta pesquisa. Bock (2003) afirma que, como ciência, a Psicologia preocupou-se em estabelecer um compromisso com a sociedade. No entanto, esse compromisso social foi firmado com as elites brasileiras, detentoras do capital e donas dos denominados meios de produção, o que levou à instrumentalização da Psicologia a favor das classes dominadoras, em uma perspectiva higienista, excludente, que visa a controlar e a categorizar as classes populares, tendo em vista o lucro e a ascensão da elite. Esse fato cristalizou a prática da Psicologia, que se destinou a poucos membros da população em geral.

Essa constatação apontada por Bock permite problematizar o distanciamento da prática do psicólogo dos moradores da zona rural, em especial daqueles que não têm acesso frequente ao meio urbano, pois, como apontam Martins et al., construiu-se, no imaginário social, a ideia de que o campo está associado a pessoas desinformadas e distantes do desenvolvimento tecnológico, ou ainda, nas palavras de Bock (2006), longe das elites brasileiras e dos detentores do capital.

Em relação às situações de vulnerabilidade social, um dos participantes expõe que *“as dificuldades estão relacionadas às situações de baixa renda, pobreza, desemprego e dificuldades de ter acesso às políticas públicas”* (sic). Essa e outras observações demonstram o quanto os serviços e os programas organizados pelo SUAS são de extrema necessidade, uma vez que vivemos em um país com tantas desigualdades sociais.

Ressalta-se que todos os sujeitos podem encontrar-se em situação de vulnerabilidade, ou seja, estarem vulnerável a algum risco, no entanto, a desigualdade social instaurada e reafirmada historicamente no País acentua as situações de risco social. Dessa forma, reitera-se a necessidade de serem implementadas políticas públicas que garantam os direitos

sociais. O CRAS é um desses serviços, e tem o objetivo de garantir direitos, uma vez que trabalha no sentido do fortalecimento da vida familiar e comunitária, promovendo a cidadania e garantindo condições dignas de vida, de acordo com Couto et al. (2010)

Outro questionamento realizado aos participantes foi em relação às atividades desenvolvidas especificamente para a população rural. A partir da análise dos dados, foram criadas 05 categorias: *grupos de idosos e de famílias, programas, benefícios e serviços socioassistenciais*.

Sobre as atividades desenvolvidas, um entrevistado relata que *“as atividades ofertadas tanto para a população urbana como rural são grupos de idosos, grupos de famílias, Projovem, Programa de Erradicação de Trabalho Infantil – PETI, grupo Mães de Ouro, visitas domiciliares, Benefício de Prestação Continuada – BPC, serviços assistenciais, grupo de gestantes e oficinas de geração de renda”*(sic); relata ele ainda que os grupos de idosos, de famílias e as oficinas também são realizados na zona rural. Outro entrevistado relata que os programas desenvolvidos na área rural de sua cidade se concentram no PETI e no Projovem, assim como há iniciativas apoiadas pelos grupos de mulheres/mães. O terceiro entrevistado observa que, em sua cidade, o CRAS possui a equipe volante, que atua principalmente na oferta de serviços socioassistenciais para a população que reside na área rural e distritos.

Um participante afirma que *“as atividades desenvolvidas para a área rural são de âmbito do Sindicato Rural dos Trabalhadores e, no momento, não tenho nenhum conhecimento da oferta”* (sic). Ainda assim, afirma que o Município foi atualmente contemplado com o Programa Família Paranaense, que tem por objetivo melhorar as condições de vida de pessoas em situações de vulnerabilidade social e oferecer suporte para que cada família conquiste sua autonomia.

Observa-se, nas declarações dos participantes, que a atuação dos profissionais está de acordo com as diretrizes de atuação do psicólogo no CRAS. O Guia de Orientações Técnicas prevê todos esses programas e serviços mencionados pelos entrevistados como ações a serem desenvolvidas pelo CRAS. No entanto, observa-se claramente a ausência de ações e de projetos destinados especificamente ao morador do campo, fato esse que reafirma a discussão realizada anteriormente, ou seja, o campo continua afastado tanto das intervenções do serviço público como também da atuação do profissional de Psicologia.

Um dos participantes coloca que, em sua cidade, há apenas uma ação de outro órgão, (Sindicato Rural), mas que não há ligação ou mesmo trabalho intersetorial com os profissionais da assistência social, situação essa que merece ser problematizada, uma vez que o SUAS propõe que o trabalho seja realizado de maneira coletiva, ou seja, que a rede de serviços trabalhe no sentido de organizar uma rede de apoio à população em geral, em especial, àquela que se encontra em situação de vulnerabilidade social, como apontam Couto et al. (2010)

Durante a coleta de dados, questionou-se aos psicólogos o que poderia melhorar sua atuação na zona rural.

Em relação às propostas feitas pelos entrevistados, eles responderam que poderia haver melhoria nas locomoções dessas famílias até o CRAS de referência, a realização de um trabalho voltado para ações de caráter informativo, com o intuito de orientar e de conscientizar as famílias quanto à Política de Assistência Social, que envolve direitos mas que também requer uma contrapartida da população que utiliza os serviços socioassistenciais e, principalmente, desmistificar o conceito de assistencialismo, que é demasiadamente empregado pelas

famílias que usufruem do trabalho realizado na área social.

Também é ressaltado que se deve propor maior oferta de cursos profissionalizantes bem como inserção no mercado de trabalho, e que o CRAS deveria ter instrutores que participassem do atendimento em tempo integral.

É possível observar, nas afirmações dos participantes, que existem várias alternativas e sugestões para a melhoria do trabalho ofertado pelo CRAS. No entanto, é claramente observável que não há ações que visualizem ou identifiquem questões referentes a especificidades dos moradores do campo.

Diante da necessidade de atendimento destinado à população rural, o SUAS prevê uma equipe volante, conforme apresentado nas orientações técnicas (Brasil, 2009b), a qual é responsável por fazer a busca ativa dessas famílias e das que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O papel da equipe volante é de extrema importância, pois é através dela que se deve garantir o acesso às políticas públicas à população que se encontra distante dos centros urbanos, uma vez que essas políticas são direito de todos.

De acordo com as orientações técnicas, essa equipe deve ir ao encontro da população para que possa entender suas demandas e necessidades e juntos traçar estratégias para o atendimento. De acordo com Couto et al. (2010), deve-se preservar a garantia de direitos de toda população, ou o não oferecimento de serviços destinados a especificidades dessa população pode ser concebido como a não garantia de seus direitos e/ou o não reconhecimento de sua condição de cidadãos.

Destaca-se que apenas uma das cidades pesquisadas apresenta essa equipe volante, que oferece os serviços do CRAS para a população rural de maneira itinerante.

Os participantes também foram questionados sobre o seu conhecimento em relação à Psicologia voltada para a área rural bem como se esse tema foi debatido durante a sua formação acadêmica. A partir dos dados coletados, foram organizadas 04 categorias, sendo elas: *nunca obteve nenhuma informação específica sobre essa área de atuação; a Psicologia voltada para a área rural está inclusa na Psicologia social; a Psicologia voltada para a área rural como possível campo de atuação; não houve discussões teóricas suficientes.*

Quando indagados sobre o seu conhecimento sobre a Psicologia voltada para a área rural, os participantes revelam que não obtiveram nenhuma informação específica sobre o assunto, e alguns afirmam que a Psicologia voltada para a área rural está inclusa na Psicologia social. Porém, ao se pensar que aproximadamente 16% da população brasileira reside na área rural, percebe-se que poucos profissionais da Psicologia compreendem a necessidade de olhar para essa população. As próprias discussões da Psicologia social delimitam-se frequentemente a grupos e a comunidades urbanos. Verifica-se que a Psicologia, muitas vezes, centraliza suas pesquisas e atuações na área urbana e nas relações estabelecidas com essa população, conforme apontam Martins et al.(2010).

Surge, assim, a necessidade de se realizar mais pesquisas sobre a população rural e suas demandas, compreendendo suas particularidades. Isso se confirma quando um participante afirma que *“boa parte da população brasileira vive ou teve sua subjetividade constituída na zona rural e que só recentemente a Psicologia tem mostrado interesse por essa área; dá para se ter ideia da grandeza da demanda e do tamanho da tarefa que se tem pela frente”* (sic). O mesmo participante ainda afirma que *“são muitos os desafios e as possibilidades de inserção da*

Psicologia na área rural” (sic); outro revela que a Psicologia voltada para essa área *“consiste em uma área que ainda requer mais espaço e visibilidade bem como mobilização para se fortalecer enquanto campo de estudo e intervenção”* (sic).

Os participantes responderam unanimemente que não tiveram discussões teóricas a respeito da Psicologia voltada para a área rural; um participante declarou: *– Na minha formação, não tive discussões teóricas a respeito da Psicologia rural. Portanto, em relação à atuação, no momento há falta de embasamento teórico/prático sobre o assunto, sendo necessário fazer leituras e realizar buscas sobre o assunto para maior interação, sendo que a prática fica muitas vezes a desejar por algo mais concreto* (sic).

Um dos participantes declarou que sua graduação deixou muito a desejar no estudo da Psicologia social assim como nas discussões referentes às políticas públicas; em especial sobre o SUAS, os participantes relataram que tiveram breves discussões a respeito de SUS, apenas.

Barbarini (2009) afirma que o ensino da Psicologia está passando por uma reorganização, em especial o ensino da Psicologia social. Para a autora, atualmente, tem-se um leque maior tanto de produções científicas como de práticas, no entanto, ainda é necessário romper um modelo tecnicista, que atendia a um grupo restrito da sociedade. Conforme a autora, tem-se o desafio de transformar esses conhecimentos adquiridos ao longo do tempo em sabedoria.

Ao finalizar esta análise, verifica-se que o objetivo da Psicologia deve ser o bem-estar e a promoção de saúde de todos os sujeitos, sejam eles moradores do campo ou da cidade, e foi possível perceber que essa é a preocupação dos profissionais pesquisados. No entanto, existe ainda de

maneira tendenciosa a organização de ações que são planejadas a partir de estruturas físicas e de demandas que se encontram no espaço urbano, fato esse motivado tanto pela organização dos serviços públicos como também pela não compreensão e reconhecimento dos profissionais de que essa população tem suas especificidades e se constitui subjetivamente a partir das relações oriundas dos significados construídos do meio rural.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo identificar quais práticas destinadas a moradores da zona rural são desenvolvidas por psicólogos que atuam nos CRAS – Centros de Referência da Assistência Social assim como compreender quais as dificuldades encontradas na execução de tais ações.

A partir da análise dos dados, foi possível compreender que a atuação dos psicólogos que atuam nos CRAS em relação aos serviços desenvolvidos na área rural consiste nas mesmas atividades desenvolvidas na cidade, porém sem levar em conta as particularidades dessa região, o que dificulta o desenvolvimento de ações voltadas especificamente para essa população.

Observa-se ainda que os psicólogos acreditam que esse campo de atuação seja promissor por apresentar uma grande demanda e muitos desafios na inserção da Psicologia na zona rural. Cabe ressaltar, porém, que um desses grandes desafios está na formação, pois não há discussões sobre esse tema durante o período acadêmico, o que gera uma tendência a se realizar uma psicologia urbana na área rural. Ao finalizar esta pesquisa, sugere-se que novos estudos sejam realizados, no sentido de ampliar esse campo de atuação. Destaca-se que seria de grande relevância que fossem realizadas pesquisas com moradores da zona rural, com o intuito de conhecer suas

vivências e suas necessidades para que, dessa forma, fossem organizados serviços e intervenções que atendam suas demandas.

Outra questão que foi levantada durante a realização deste estudo foi a necessidade de discussão teórica nos espaços acadêmicos bem como a realização de atividades práticas, como os estágios específicos, que tenham como objetivo o desenvolvimento de habilidades e de competências técnicas, para que o profissional seja capaz de trabalhar de forma efetiva com essa população.

Por fim, deve-se ressaltar que a Psicologia social tem uma linda missão ao se pensar que ela vem para propor melhor qualidade de vida a todos, e, junto à política de assistência social, tirar da condição de necessidade e transpassar para a condição de humanidade toda a população, resgatando os seus direitos e a sua dignidade.

O olhar para a zona rural também tem esse objetivo, o de buscar esses indivíduos que muitas vezes são esquecidos no meio do nada e trazê-los para junto da sociedade, sem retirá-los do seu espaço físico, entendendo suas necessidades e particularidades, garantindo assim seu direito a ter uma vida melhor e mais saudável.

Rosana Gomes Reis

Discente do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, Cascavel – PR – Brasil.
E-mail: ro_psic.2012@hotmail.com

Lucimaira Cabreira

Especialista em Psicologia e saúde e docente do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, Cascavel – PR – Brasil.
E-mail: lucimaira@unipar.br

Endereço para envio de correspondência:

Rua das Palmeiras, 957. CEP: 85807-020. Cascavel, PR.

Referências

- Barbarini, N. (2009). A formação em psicologia social. In N. M. Guareschi (Org.), *Tecendo relações e intervenções em psicologia social*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock. (Org.), *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez.
- Bock, A. M. B. (2006). *Psicologia social e as políticas públicas* (pp. 174-181). Passo Fundo, RS: ABRAPSO.
- Brasil. Ministério da Previdência Social. (1993, 07 dez.). *Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS Lei 8742, de 07 de Dezembro de 1993. Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências*. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social.
- Brasil. Casa Civil. (2004). *Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004. Define as ações continuadas de assistência social*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil. (2009a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações para execução de serviços de proteção social básica e ações por equipes volantes*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (2009b). *Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (2012). *Orientações técnicas do PAIF: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Couto, B. R., Yazbek, M. C., & Raichelis, R. (2010). A política nacional de assistência social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In B. R. Couto (Org.), *O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento*. (pp. 32-65). São Paulo: Cortez.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). (2007). *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP)*. Brasília, DF: CFP.
- Cruz, L. R. da, & Guareschi, N. (2009). *Políticas públicas e assistência social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2011). *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: Autor.
- Martins, A. M., Rocha, M. I., Augusto, R. C., & Lee, H. de O. (2010, abr.). *A formação em Psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário*. *Psicol. Ensino & Form.*, Brasília, 1(1), 83-98. Recuperado em 23 de maio, 2013 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2177-20612010000100008&script=sci_arttext
- Rocha, M. da C. (2012). *Novos conceitos de urbano e rural: uma nova idéia de ruralidade*. Recuperado em 12 de mar., 2012 de <http://www.webartigos.com/artigos/novos-conceitos-de-urbano-e-rural/9227/>.
- Scott, P. (2009). De quem é o campo e de quem é a cidade? Territórios negociados e poderes entre gerações. In Bernardes & B. Medrado (Orgs.), *Psicologia social e políticas e existência: fronteiras e conflitos* (pp. 155-162). Maceió, AL: Abrapso, 2009.
- Wissenbach, M. C. C. (1998). Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In *História da vida privada no Brasil república: da belle époque à era do rádio* (3a ed., Cap. 01, pp.49-130). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.